

CAPÍTULO 4

A história global: uma abordagem distinta

A recente tendência em torno das perspectivas globais é um movimento amplo. Como vimos no capítulo anterior, várias abordagens contribuem, cada qual à sua maneira, para o nosso entendimento do passado, compreendido fora do quadro do Estado-nação. Contudo, para lá desta multiplicidade e com base nessas outras formas diversificadas de abordar o mundo, tem vindo a consolidar-se uma história global com um enfoque específico. Neste capítulo, apresentamos um conjunto de traços característicos partilhados pelas mais recentes incursões no campo da história global. No seu conjunto, esses traços compõem o núcleo metodológico da história global, ou seja, aquilo que ela significa como abordagem. Uma atenção mais pormenorizada será atribuída à noção de integração global, isto é, às transformações estruturadas ao nível global.

Comprendemos melhor as características da história global opondo-as ao tipo ideal da anterior tradição da história mundial — uma descrição manifestamente simplista. No entanto, não devemos esquecer que esta justaposição entre história mundial e história global é um exercício heurístico. Tal sugere uma clara demarcação entre uma abordagem mais antiga e uma mais sofisticada e moderna, sendo que, na prática, muitos historiadores utilizam os dois termos alternadamente.

O conceito de história mundial tem, ele próprio, uma biografia que remonta a vários séculos atrás. Atualmente, continua a ser o nome de uma disciplina escolar em muitos países, que geralmente cobre a história do mundo inteiro ou

que observa comparativamente uma ampla região geográfica. As histórias mundiais seguem geralmente uma agenda macro, procurando obter uma imagem completa do passado do planeta ou, como normalmente acontece em muitos países não-ocidentais, ocupando-se do «resto do mundo», ou seja, com tudo o que acontece fora da própria nação. Existem ainda histórias mundiais com temáticas específicas: histórias mundiais do império, da formação do Estado, dos encontros entre cortes, mas também a história mundial do açúcar, do chá e do algodão. Na maioria dos casos, traçam o percurso destas instituições, ou destes bens, não apenas ao longo do planeta, mas também ao longo do tempo, percorrendo muitas vezes períodos tão vastos como da antiguidade até ao presente.⁽¹⁾

Como pontos de partida, este tipo de macro-perspetivas opera com comparações de grande escala entre sociedades ou, o que é mais frequente, civilizações inteiras. A maioria das histórias mundiais mais antigas, embora não ignorassem as interações e as trocas entre estes enormes blocos, focavam-se maioritariamente nas diferentes trajetórias das civilizações, cujas dinâmicas eram principalmente retratadas como geradas a partir de dentro. Estas histórias paralelas foram, então, ligadas pela crescente difusão dos centros de poder para a periferia. No período moderno, esta difusão assumiu, tipicamente, a forma de uma transferência do Ocidente para «o resto». Este viés eurocêntrico foi, durante muito tempo, um traço comum das histórias mundiais, viés esse que o título da influente obra de William McNeill, *A Ascensão do Ocidente (The Rise of the West)*, não procurou disfarçar.⁽²⁾

⁽¹⁾ A título de exemplo: Raymond Grew (Hg), *Food in Global History*, Boulder, CO (Westview Press) 2000; Robert Finlay, *The Pilgrim Art: The Culture of Porcelain in World History*, Berkeley, CA (University of California Press) 2010; Alan Macfarlane e Gerry Martin, *Glass: A World History*, Chicago (Chicago University Press) 2002; Giorgio Riello, *Cotton: The Fabric that Made the Modern World*, Cambridge (Cambridge University Press) 2013.

⁽²⁾ William McNeill, *The Rise of the West: A History of the Human Community*, Chicago (University of Chicago Press) 1963. Para um

Características da história global

Normalmente, as antigas histórias mundiais empregavam uma metodologia que combinava comparações entre diferentes civilizações e a procura por vínculos entre as mesmas, sendo estes últimos analisados através de processos de difusão. O pensamento por detrás destas histórias atravessava divisões teóricas e ideológicas — da teoria da modernização ao marxismo, passando ainda pelas narrativas da civilização. Ainda assim, a conjugação de comparações e processos de difusão manteve-se notavelmente constante. Pelo contrário, a palavra-chave que mais rapidamente se associa ao termo «global» tem sido «conexões». Para transmitir toda a fluidez e volatilidade com que as interações ocorrem ao longo das fronteiras, foi-se invocando um conjunto de termos afins: «intercâmbio», «relação», «vínculos», «entrelaçamentos», «redes» e «fluxos». Em lugar de uma obstinada insistência nas macro-comparações, as histórias globais têm colocado a mobilidade num pedestal.

É por este motivo que a maioria das definições estenográficas de história global se limitam, elas mesmas, a apontar a feliz combinação entre comparações e conexões, aproveitando aquilo que de melhor a tradicional história mundial tinha para oferecer e acrescentando-lhe uma atenção mais detalhada às dimensões fluidas e flexíveis das transformações históricas. Logo na capa da seminal *The Birth of the Modern World*, de C. A. Bayly, somos saudados pelas «conexões e pelas comparações globais», e a prova de que ambas são «os recursos básicos da

argumento semelhante ver: Eric Jones, *The European Miracle: Environments, Economies and Geopolitics in the History of Europe and Asia*, Cambridge (Cambridge University Press) 1981 [*O milagre europeu: 1400–1800: contextos, economias e geopolíticas na história da Europa e da Ásia*, trad. Ana Mónica Faria de Carvalho; rev. Francisco Contento Domingues; Lisboa (Gradiva) 1987]; John M. Roberts, *The Triumph of the West*, Boston (Phoenix Press) 1985; David Landes, *The Wealth and Poverty of Nations: Why Some Are So Rich and Some So Poor*, New York (W. W. Norton) 1999 [*A Riqueza e a Pobreza das Nações: Por que são algumas tão ricas e outras tão pobres*, trad. Lucínia Azambuja; Lisboa (Gradiva) 2001].

história global» está patente em praticamente todas as tentativas que procuram definir o que é específico a esta abordagem.⁽³⁾

De facto, o foco nas transferências e nas interações é um ingrediente insubstituível de todas as recentes análises que tentam compreender o passado global. A mobilidade de bens, as migrações e as deslocações de pessoas, a transferência de ideias e de instituições — todos estes processos constituem a substância que ajudou a formar o mundo globalizado em que hoje vivemos e, por isso, são objetos de estudo privilegiados por vários historiadores globais. Mas, como iremos ver, as conexões por si só não são suficientes para explicar a originalidade desta abordagem; é necessário que estejam integradas em processos de transformação estrutural. Isto, claro, a uma escala global. Antes de chegarmos a este ponto, retratarei um conjunto de escolhas metodológicas que, além da ênfase nas conexões, são recorrentes na atual história global. Será apenas uma breve descrição, uma vez que a maioria destes assuntos irá receber uma maior atenção nos capítulos subsequentes.

Em primeiro lugar, os historiadores globais não estão apenas preocupados com as macro-perspetivas. Muitos procuram situar assuntos e fenómenos históricos concretos no interior de um contexto mais amplo e, potencialmente, global. A emergência da noção de «cultura» por volta de 1880, em Bengala, é um assunto tão legítimo de ser estudado à luz da história global como a história planetária do século XIX.⁽⁴⁾ Em segundo lugar, as histórias globais experimentam noções alternativas de espaço. Normalmente, não adotam como ponto de partida unidades políticas ou culturais como Estados-nação, impérios ou civilizações. Pelo contrário, colocam questões analíticas e percorrem os caminhos que as suas questões lhes

⁽³⁾ David Washbrook, «Problems in Global History», in: Maxine Berg (ed.), *Writing the History of the Global: Challenges for the 21st Century*, Oxford (Oxford University Press) 2013, 21–31, citação: 23.

⁽⁴⁾ A referência aqui é a Andrew Sartori, *Bengal in Global Concept History: Culturalism in the Age of Capital*, Chicago (Chicago University Press) 2008.

apontam — seja ao longo da Baía de Bengala, pelos pontos nodais de uma rede ou pelas diásporas étnicas e religiosas, e por aí em diante.

Daqui decorre, em terceiro lugar, que as histórias globais são inerentemente relacionais. Uma unidade histórica — seja ela a civilização, a nação ou a família — não se desenvolve isoladamente e só pode ser entendida através das suas interações com outras. De facto, muitos grupos apenas se materializaram enquanto unidades aparentemente fixas em resposta a determinadas trocas e circulações. Uma maior atenção à dimensão relacional do passado também nos permite desafiar interpretações há muito estabelecidas, como a da «ascensão do Ocidente» ou a do «milagre europeu». Muitos dos antigos estudos em história mundial viam a Europa como força motora da história mundial e analisavam cronologicamente a difusão das conquistas europeias no resto do mundo — tratava-se de uma história mundial concebida como uma via de sentido único. Pelo contrário, as análises recentes enfatizam o papel constitutivo desempenhado pelas interações entre regiões e nações — bem como entre a Europa e o mundo não-europeu — no desenvolvimento das sociedades modernas. O desenvolvimento na Europa e no Ocidente não pode ser explicado endogenamente, como processo autónomo. Deve, sim, ser visto, pelo menos em parte, como o produto de vários processos de troca.⁽⁵⁾

Em quarto lugar, enquanto disciplina que integra as humanidades, a história global faz parte de uma *viragem espacial* (*spatial turn*) mais ampla. Uma consequência disto é a renovada importância atribuída às relações de cada constelação espacial com outros lugares. Os historiadores globais prestam

⁽⁵⁾ Martin Bernal, *Black Athena: The Afroasiatic Roots of Classical Civilization: The Fabrication of Ancient Greece, 1785–1985*, vol. 1, New Brunswick, NJ (Rutgers University Press) 1987; Robert Bartlett, *The Making of Europe*, Princeton (Princeton University Press) 1994; Jack Goody, *The East in the West*, Cambridge (Cambridge University Press) 1996 [O Oriente no Ocidente, trad. João Pedro George, Algés (Difel) 2000].

particularmente atenção ao modo como determinados indivíduos e as sociedades interagem com outros — e uma menor atenção às mudanças endógenas. Assim, as metáforas espaciais — como territorialidade, geopolítica, circulação e redes — tendem a substituir o anterior vocabulário temporal de desenvolvimento, desfasamento e atraso. Tal implica ainda a rejeição das teleologias da teoria da modernização. Ou seja, criticam a ideia de que as sociedades se transformam a partir de dentro e de que a direção das mudanças sociais — da tradição para a modernidade, por exemplo — é predeterminada.

A ênfase na sincronia dos acontecimentos históricos resulta diretamente desta posição. Este é o quinto ponto. Sejamos claros: os historiadores globais não ignoram, de forma alguma, as questões da continuidade e das dependências de trajetória (*path dependencies*). Como C. A. Bayly e outros autores afirmaram, a globalização da era moderna ergueu-se sobre trajetórias influenciadas por modelos mais antigos de entrelaçamento.⁽⁶⁾ No entanto, ao dissociarem-se das perspectivas de longo prazo, próprias da história das civilizações, e ao não privilegiarem as noções convencionais de continuidade, muitos historiadores globais sugerem que deve ser atribuída maior precedência à simultaneidade. Como se torna perceptível com o exemplo atual das revoluções da Primavera Árabe, as constelações sincrônicas e as forças externas são impulsos tão necessários para as transformações sociais como as pré-histórias e as tradições.⁽⁷⁾

Um sexto e decisivo ponto prende-se com o facto de muitas das histórias globais serem autorreflexivas no que toca ao eurocentrismo. Este é um elemento essencial que afasta esta

⁽⁶⁾ C. A. Bayly, «“Archaic” and “modern” Globalization in the Eurasian and African Arena 1750–1850», in: A. G. Hopkins (ed.), *Globalization in World History*, New York (W. W. Norton) 2002, 47–68; Veja-se ainda C. A. Bayly, *The Birth of the Modern World, 1780–1914*, Oxford (Blackwell) 2004.

⁽⁷⁾ Para o desenvolvimento da sincronia, ver David Harvey, *The Condition of Postmodernity: An Enquiry into the Origins of Cultural Change*, Oxford (Blackwell) 1989.

abordagem das anteriores variantes da historiografia mundial. Analisaremos esta questão com mais pormenor no capítulo 8. Em termos práticos, este facto significa que, hoje, os departamentos de história dão mais relevância aos estudos de área especializados do que no passado. Implica ainda, sétimo ponto, que se reconheça explicitamente o local a partir do qual se pensa o passado global. Os historiadores podem escrever sobre todo o planeta, mas fazem-no a partir de um lugar específico. Assim, as suas narrativas serão coloridas pela dinâmica dessa mesma localização. Olhando para trás, torna-se evidente que uma história mundial escrita no século XVI na Cidade do México seria radicalmente diferente de uma escrita em Istambul.⁽⁸⁾ Mas mesmo nos dias de hoje, o «mundo» pode parecer muitíssimo distinto quando percebido a partir de Acra, Quito ou do campus de Harvard.

Integração e transformação estruturada

Debrucemo-nos agora sobre o último ponto relativo à noção de integração. Por ser um aspeto central, alongar-nos-emos um pouco aqui. O foco na integração global é uma escolha metodológica que distingue a história global de outras abordagens que operam a grandes escalas de análise. Existem dois importantes aspetos inerentes a esta escolha: primeiro, as perspetivas da história global ultrapassam os meros estudos da conectividade, ao examinarem a integração estruturada de larga escala. Em segundo lugar, os historiadores globais perseguem o problema da causalidade até atingirem o nível global.

Começemos pelo primeiro ponto: muitos historiadores mundiais/globais contentam-se com o estudo das conexões e das interações. «A conectividade é parte da condição humana, pelo menos até onde é possível traçar atividade humana», relembrou-nos recentemente John Darwin, apenas para

(8) Serge Gruzinski, *What Time Is It There? America and Islam at the Dawn of Modern Times*, Cambridge (Polity Press) 2010.

concluir que «a preocupação particular do historiador global é, ou deveria ser, a história da “conectividade” — e especialmente com aquelas formas de conectividade que são oceânicas e trans ou intercontinentais.»⁽⁹⁾ Outros seguiram esta ideia, defendendo que «o mundo nunca foi um lugar de comunidades discretas e desconectadas [e que] existem interações transculturais e trocas desde os primeiros dias da existência humana no planeta Terra.»⁽¹⁰⁾

Mas, por si só, um enfoque nas conexões não é suficiente para se fazer boa história global. Isto porque, sendo certo que as trocas de bens, pessoas e ideias e as interações entre grupos e sociedades (mesmo que ao longo de grandes distâncias) têm sido uma característica da vida humana no planeta desde o seu começo, alguns destes vínculos dentro da «rede humana» global foram essenciais para a composição social das sociedades, enquanto outros foram meramente acidentais e efêmeros.⁽¹¹⁾ A magnitude do seu impacto dependeu, sobretudo, do grau de integração — material, cultural e política — que o mundo, à data, havia atingido.

O que é que isto significa? Consideremos o exemplo da introdução dos relógios ocidentais no Japão. Quando, no século xvii, os relógios europeus, produtos da mais alta tecnologia da época, chegaram ao Japão Tokugawa, foram vistos, essencialmente, como artigos exóticos. A sua importação não teve qualquer efeito no regime social do tempo. Antes pelo contrário. Enquanto os relojoeiros europeus se orgulhavam da regularidade do funcionamento do seu produto, independentemente dos ciclos solares, no Japão, os mesmos tiveram de ser modificados de forma a acomodar a estrutura temporal

⁽⁹⁾ John Darwin, «Globe and Empire», in: Berg (ed.), *Writing the History of the Global*, 197–200, citação: 198.

⁽¹⁰⁾ Jerry H. Bentley, «Globalization History and Historicizing Globalization», in: Barry K. Gills e William R. Thompson (eds.), *Globalization and Global History*, London (Routledge) 2006, 18–32, citação: 29

⁽¹¹⁾ William H. McNeill e John Robert McNeill, *The Human Web: A Bird's-Eye View of World History*, New York (W. W. Norton) 2003.

tradicional, uma vez que as horas japonesas dependiam da luz do sol e, conseqüentemente, variavam ao longo do ano. Os relógios mecânicos tinham de ser reajustados duas vezes ao dia e instalaram-se mostradores sazonais para desfazer, por assim dizer, a independência dos novos relógios face aos ciclos da natureza. Assim, no século xvii, esta transferência tecnológica permaneceu num plano basicamente ornamental.

Toda esta situação mudou dramaticamente depois de 1850, quando a Ásia Oriental foi incorporada na órbita política e económica do Ocidente. A partir desse momento, o sistema temporal ocidental passou a ser considerado um ingrediente central de todos os projetos reformistas. Várias tentativas foram levadas a cabo para introduzir «novos tempos» no Japão Meiji. Novas tecnologias como comboios, fábricas com formas inovadoras de organização da produção, e novas formas de organização social, incluindo escolas e o exército, implicavam um novo regime de tempo. Os relógios ocidentais e as torres de relógio emergiram como símbolos da modernidade; a pontualidade e as noções de progresso converteram o tempo ocidental numa praxis quotidiana, e a introdução do calendário gregoriano, em 1873, levou à abolição dos métodos tradicionais de contagem do tempo, preparando o Japão para a sincronia global. Se compararmos estes dois processos de transferência, torna-se evidente que aquilo que os distingue recai menos na transferência em si mesma do que nas macro-condições geopolíticas sob as quais ocorreram. No século xvii, o esparso contacto comercial, levado a cabo pelos holandeses e minuciosamente controlado pelos japoneses, tinha sido substituído, no século xix, por uma nova ordem mundial imperialista sob a alçada da hegemonia britânica. Neste novo contexto, as importações culturais já não eram incorporadas nas cosmologias locais e acabaram por assumir uma força suficientemente capaz de transformar profundamente as práticas quotidianas.⁽¹²⁾

(12) Stefan S. Tanaka, *New Times in Meiji Japan*, Princeton (Princeton University Press) 2004.

As conexões em si são apenas um ponto de partida. O seu alcance está sempre dependente de um amplo conjunto de circunstâncias, ou seja: o mesmo relógio poderá ter diferentes graus de importância. Os historiadores globais precisam de ter em mente que as conexões globais são antecedidas por determinadas condições. Por sua vez, estas últimas necessitam de ser exaustivamente compreendidas antes de tentarmos perceber as próprias conexões. Por outras palavras, a troca pode ser um fenómeno superficial que evidencia as transformações estruturais básicas que possibilitaram, em primeira instância, a troca em si mesma. Para que a história global seja eficaz, ela necessita ter presente não só a dimensão sistémica do passado como o carácter estruturado das transformações sociais.

Para que esta ideia não se torne demasiado abstrata, observemos brevemente um outro exemplo. Quando alguns intelectuais críticos no Vietname, no Japão e na China começaram a ler Marx, tal foi, naturalmente, visto como prova da circulação transcultural das ideias. Deste modo, algumas histórias tradicionais documentaram o processo de tradução, estudando a receção das ideias marxistas e procurando o impacto dos textos de Marx no pensamento reformista asiático. Embora fossem importantes aspetos do problema, as relações de causalidade de maior importância encontravam-se noutro lugar. Neste caso, a conectividade demonstrou ser o resultado de uma série transformações sociais que tinham criado as condições politicamente favoráveis à leitura de Marx no Vietname: passou a fazer sentido lê-lo. Em última instância, a influência de Marx não podia ser reduzida ao mero poder dos seus argumentos. Pelo contrário: jovens aspirantes a intelectuais foram moldados pelas forças e preocupações que dominavam aqueles tempos e a forma como traduziram, citaram e se apropriaram dos textos de Marx foi estruturada por essas mesmas condições. A conexão — ler Marx — foi, antes de mais, o efeito de anteriores transformações sociais, políticas e culturais — e não a causa dessas transformações.

O erro original que este exemplo revela prende-se, em parte, com o facto de não ter em consideração a influência do poder. Quando se marginalizam as questões da hierarquia e da exploração, o interesse pelas conexões pode obscurecer, ou mesmo inibir, um exato entendimento dos contornos do passado global. O não reconhecimento das estruturas de poder implica que se atribua autonomia de ação a todos os que estão envolvidos nas trocas e interações. Quer dizer, ao celebrar a mobilidade, corre-se o risco de ignorar as estruturas que a controlam. Os movimentos transfronteiriços foram capazes de estabelecer pontes entre diferentes sociedades, mas também exacerbaram conflitos. Tanto a aristocracia europeia que embarcou na Grand Tour, como os escravos africanos enviados para as Américas cruzaram fronteiras políticas e culturais. Todavia, não é necessária muita imaginação para perceber que reduzir ambos os exemplos a «conexões» corresponde a uma operação altamente ideológica. Frequentemente, aqueles que realmente detinham um genuíno poder sobre o mercado não participavam nas viagens, beneficiando, antes, da possibilidade de enviar os seus pobres, em massa, através do Atlântico e do Pacífico.

Isto encaminha-nos para um segundo ponto que merece aqui a nossa atenção. Ao contrário de outras perspetivas sobre as conexões do passado, a história global aborda a questão da causalidade até alcançar o nível global. Em muitos dos textos mais antigos de história mundial, o estatuto analítico das relações e das interações era menos que explícito. Da mesma forma, alguns trabalhos de história transnacional também as deixavam de fora do argumento central, tendo apenas um mero papel ornamental. No entanto, à medida que o mundo se tornou cada vez mais integrado, o desenvolvimento social deixou de poder ser explicado na ausência de noções como interdependência e diferença estruturada. «No século XIX, a Grã-Bretanha e a Índia acabaram por ter histórias muito diferentes» relembra David Washbrook, «mas isso deve-se à imensa proximidade das suas relações, não da distância — social e cultural — entre ambas. Elas existiram como dois lados

As conexões em si são apenas um ponto de partida. O seu alcance está sempre dependente de um amplo conjunto de circunstâncias, ou seja: o mesmo relógio poderá ter diferentes graus de importância. Os historiadores globais precisam de ter em mente que as conexões globais são antecedidas por determinadas condições. Por sua vez, estas últimas necessitam de ser exaustivamente compreendidas antes de tentarmos perceber as próprias conexões. Por outras palavras, a troca pode ser um fenómeno superficial que evidencia as transformações estruturais básicas que possibilitaram, em primeira instância, a troca em si mesma. Para que a história global seja eficaz, ela necessita ter presente não só a dimensão sistémica do passado como o carácter estruturado das transformações sociais.

Para que esta ideia não se torne demasiado abstrata, observemos brevemente um outro exemplo. Quando alguns intelectuais críticos no Vietname, no Japão e na China começaram a ler Marx, tal foi, naturalmente, visto como prova da circulação transcultural das ideias. Deste modo, algumas histórias tradicionais documentaram o processo de tradução, estudando a receção das ideias marxistas e procurando o impacto dos textos de Marx no pensamento reformista asiático. Embora fossem importantes aspetos do problema, as relações de causalidade de maior importância encontravam-se noutro lugar. Neste caso, a conectividade demonstrou ser o resultado de uma série transformações sociais que tinham criado as condições politicamente favoráveis à leitura de Marx no Vietname: passou a fazer sentido lê-lo. Em última instância, a influência de Marx não podia ser reduzida ao mero poder dos seus argumentos. Pelo contrário: jovens aspirantes a intelectuais foram moldados pelas forças e preocupações que dominavam aqueles tempos e a forma como traduziram, citaram e se apropriaram dos textos de Marx foi estruturada por essas mesmas condições. A conexão — ler Marx — foi, antes de mais, o efeito de anteriores transformações sociais, políticas e culturais — e não a causa dessas transformações.

O erro original que este exemplo revela prende-se, em parte, com o facto de não ter em consideração a influência do poder. Quando se marginalizam as questões da hierarquia e da exploração, o interesse pelas conexões pode obscurecer, ou mesmo inibir, um exato entendimento dos contornos do passado global. O não reconhecimento das estruturas de poder implica que se atribua autonomia de ação a todos os que estão envolvidos nas trocas e interações. Quer dizer, ao celebrar a mobilidade, corre-se o risco de ignorar as estruturas que a controlam. Os movimentos transfronteiriços foram capazes de estabelecer pontes entre diferentes sociedades, mas também exacerbaram conflitos. Tanto a aristocracia europeia que embarcou na Grand Tour, como os escravos africanos enviados para as Américas cruzaram fronteiras políticas e culturais. Todavia, não é necessária muita imaginação para perceber que reduzir ambos os exemplos a «conexões» corresponde a uma operação altamente ideológica. Frequentemente, aqueles que realmente detinham um genuíno poder sobre o mercado não participavam nas viagens, beneficiando, antes, da possibilidade de enviar os seus pobres, em massa, através do Atlântico e do Pacífico.

Isto encaminha-nos para um segundo ponto que merece aqui a nossa atenção. Ao contrário de outras perspetivas sobre as conexões do passado, a história global aborda a questão da causalidade até alcançar o nível global. Em muitos dos textos mais antigos de história mundial, o estatuto analítico das relações e das interações era menos que explícito. Da mesma forma, alguns trabalhos de história transnacional também as deixavam de fora do argumento central, tendo apenas um mero papel ornamental. No entanto, à medida que o mundo se tornou cada vez mais integrado, o desenvolvimento social deixou de poder ser explicado na ausência de noções como interdependência e diferença estruturada. «No século XIX, a Grã-Bretanha e a Índia acabaram por ter histórias muito diferentes» lembrava David Washbrook, «mas isso deve-se à imensa proximidade das suas relações, não da distância — social e cultural — entre ambas. Elas existiram como dois lados

da mesma moeda, cada qual com uma face muito distinta.»⁽¹³⁾ Uma história global que pretenda ser mais do que um repositório ecumênico e acolhedor de histórias felizes sobre encontros transfronteiriços necessita, então, de se envolver sistematicamente com as questões relativas às transformações globais estruturadas e ao seu impacto na mudança social.

A nossa utilização do termo «global» não deve ser mal-interpretada: ela não implica necessariamente um alcance planetário. Para cada questão em análise, deve decidir-se de forma isolada qual a real extensão das estruturas e dos processos de larga escala envolvidos. Em muitos trabalhos, os historiadores limitaram prematuramente as suas investigações a unidades fixas e a áreas geograficamente restritas. Ora, seria igualmente falacioso passar ao extremo oposto e pressupor que existe globalidade em todos os casos de estudo. O que o termo «global» sugere é, portanto, uma abertura para prosseguir conexões e questões de causalidade além dos compartimentos e das unidades espaciais convencionais; revela «simplesmente uma preocupação metodológica para ir além das familiares fronteiras geográficas.»⁽¹⁴⁾

Se «comparações e conexões» serve de *slogan* da história global, temos então de acrescentar um terceiro «c»: causalidade, analisada até uma escala global. A decisão de nos centrarmos em amplas formas de transformação e de integração estruturadas é a escolha que marca a diferença entre a história global e outras abordagens, como a história comparada ou a história transnacional. A ênfase na integração global levantará, porventura, uma série de questões. Irá esta escolha impossibilitar escrever uma história global sobre as eras que antecedem a integração e a modernidade? Será que limita o conjunto de tópicos possíveis, ao insistir numa causalidade

⁽¹³⁾ Washbrook, «Problems in Global History», 28.

⁽¹⁴⁾ Samuel Moyn e Andrew Sartori, «Approaches to Global Intellectual History», in: Moyn and Sartori (eds.), *Global Intellectual History*, New York (Columbia University Press) 2013, 3–30, citação: 21.

global identificável? Obrigará os historiadores a estudarem explicitamente esse nível global? Ocupar-nos-emos destas questões no próximo capítulo.

Para lá da conectividade: narrativas em competição

De forma a compreendermos melhor o significado de uma abordagem não-*internalista*, assim como o do papel analítico das integrações globais, pode ser útil compararmos, sucintamente, a perspectiva da história global com três influentes, mas contrastantes formas pelas quais os historiadores têm, até agora, interpretado e entendido as transformações à escala planetária. Esquemáticamente, poderíamos designá-las por excecionalismo ocidental, imperialismo cultural e paradigma das origens independentes. Iremos resumir brevemente estas três narrativas e destacar as suas insuficiências quando comparadas com a abordagem da história global.

A primeira metanarrativa, ainda firmemente enraizada em muitos manuais e trabalhos mais generalistas, assume a perspectiva de um processo geral de modernização originado na Europa que se foi disseminando, gradualmente, ao resto do mundo. As características diferenciadoras desta noção de modernidade são familiares: a diferenciação funcional das esferas sociais como a economia, a política, o social e a cultura; a racionalização gradual dessas esferas, que deu origem a uma economia capitalista e industrializada, ao Estado-nação e às burocracias meritocráticas; a substituição de propriedades hereditárias por uma sociedade de classes e pelo indivíduo moderno; e a superação das cosmologias tradicionais e religiosas através do que Max Weber denominou de «desencantamento do mundo».

Por princípio, estes processos eram vistos como desenvolvimentos universais, embora, na prática, eles tenham emergido primeiro na Europa e só depois se tenham difundido para o resto do mundo. Esta leitura difusionista — sintetizada por William McNeill na obra *The Rise of the West* — encontra-se

no cerne de muitas histórias mundiais mais antigas, fundamentalmente quando orientadas pela teoria da modernização, mas também por muitas variantes marxistas da história mundial. «Nos últimos quatrocentos anos», segundo o resumo que David Landes fez desta narrativa, «a Europa (o Ocidente) tem sido o agente motor do desenvolvimento e da modernidade.»⁽¹⁵⁾ Esta formulação triunfalista tornou-se hoje muito menos comum, de tal modo que a maioria dos relatos substituiu este anterior e flagrante eurocentrismo pelo reconhecimento das diversas formas de negociação e adaptação que acompanharam aquele processo. No entanto, no seu âmago, os pressupostos básicos desta narrativa continuam em vigor: a Europa/o Ocidente como *locus* da inovação e, por consequência, a história do mundo como história da difusão do progresso europeu.⁽¹⁶⁾

Contra esta antiga forma dominante de ver o mundo, a segunda interpretação surgiu de uma leitura radicalmente crítica da disseminação do processo de modernização ocidental. Esta visão está associada às perspetivas pós-coloniais, subalternas e a algumas leituras marxistas. Aqui, a modernidade permanece como algo essencialmente europeu, sendo ainda equiparada à marcha da razão universal. No entanto, a disseminação da modernidade já não é vista como algo emancipatório, mas sim como um processo de privação.

Estão aqui envolvidos dois argumentos que, embora diferentes, se encontram relacionados. A hipótese de que foi o universalismo iluminista que esteve na raiz do impulso expansionista ocidental compõe o primeiro argumento. A crítica

⁽¹⁵⁾ Landes, *The Wealth and Poverty of Nations*, xxi.

⁽¹⁶⁾ Para esta perspetiva, veja-se John M. Headley, *The Europeanization of the World: On the Origins of Human Rights and Democracy*, Princeton (Princeton University Press) 2008; Anthony Pagden, *Worlds at War: The 2,500-Year Struggle Between East and West*, Oxford (Oxford University Press) 2008 [*Mundos em guerra: 2500 anos de conflito entre Ocidente e Oriente*, trad. Miguel Mata; rev. Luís Abel Ferreira. Lisboa (Edições 70) 2009]; Toby E. Huff, *Intellectual Curiosity and the Scientific Revolution: A Global Perspective*, Cambridge (Cambridge University Press) 2010; Niall Ferguson, *Civilisation: The West and the Rest*, London (Allen Lane) 2011.

prosegue, defendendo que foi apenas necessário um pequeno passo entre o postular de padrões universais e a decisão de intervir e implementar, pela força, esses mesmos padrões, sob o auspício de uma missão civilizadora paternalista. O segundo argumento parte da ideia de que a disseminação da modernidade ocidental é uma forma de imperialismo cultural com o potencial de erradicar mundivisões alternativas. Os acadêmicos desta corrente crítica têm interpretado a disseminação dos princípios iluministas do século XIX como um processo de difusão coercivo e, muitas vezes, violento, possibilitado e impulsionado por relações de poder altamente assimétricas.⁽¹⁷⁾

Ambas as perspectivas até agora apresentadas — a modernização emancipatória e o imperialismo cultural — são essencialmente difusionistas: as duas tomam por garantida a origem europeia da modernidade. Além disso, a suposta ausência, noutros lugares, de um substancial desenvolvimento cultural e social consiste num dos seus princípios axiomáticos. Nos últimos anos, no entanto, a reivindicação europeia de originalidade, da autoria exclusiva da modernidade, tem sido questionada. Os historiadores começaram a procurar processos paralelos e analogias à «marcha civilizacional» europeia, ou seja, processos de racionalização autóctones, que conduziram a resultados similares, sem se basearem na experiência europeia. Este terceiro paradigma faz parte de um debate académico mais amplo sobre as origens da modernidade. Nasceu do desejo de problematizar as noções difusionistas da modernização e da vontade de identificar as dinâmicas sociais que prevaleciam em muitas sociedades antes do encontro com o Ocidente. O objetivo passava por substituir as antigas noções de sociedades tradicionais e de «povos sem história» por uma compreensão mais ampla das múltiplas modernidades. Mas, no fim de contas, esta abordagem postula um *telos* idêntico — a sociedade capitalista moderna —, mesmo que essa

(17) Robert Young, *White Mythologies: Writing History and the West*, London (Routledge) 1990; Edward Said, *Culture and Imperialism*, New York (Alfred A. Knopf) 1993

finalidade não fosse alcançada pela via de transformações inspiradas no contacto com o Ocidente, mas antes construída a partir dos recursos culturais indígenas. Consistia, portanto, na defesa de uma teleologia do desencantamento universal, concretizada em cada sociedade internamente, mas em todo o globo.

Estas três abordagens convergem metodologicamente na inclinação para quadros analíticos nacionais e civilizacionais. Apesar das significativas diferenças, todas elas dependem de lógicas endógenas para explicar o que deve ser entendido como um fenómeno global. Se quisermos levar a sério o desafio da história global, devemos ir além destas três abordagens e concentrarmo-nos na análise das conexões e dos processos de integração que moldaram e reconfiguraram as sociedades globalmente. Sanjay Subrahmanyam defendeu que a modernidade é «historicamente um fenómeno global e conjuntural, não um vírus que se propaga de um lugar para o outro. Localiza-se numa série de processos históricos que colocaram em contacto sociedades até então relativamente isoladas e temos de procurar as suas raízes num conjunto diversificado de fenómenos.»⁽¹⁸⁾ Nesse sentido, é menos instrutivo indagar sobre as alegadas origens, sejam elas europeias ou não, do que centrar a nossa atenção nas interações e nas condições globais que criaram o mundo moderno. É por isso que as noções de integração global e de dependências de tipo sistémico são tão importantes: as mudanças que acontecem num determinado local, no interior de um mundo integrado, repercutem-se e afetam também outras partes do sistema.

É claro que estas quatro abordagens aqui expostas — história mundial, pós-colonialismo, múltiplas modernidades e história global — não podem ser bem separadas, uma vez que se confundem em muitos aspetos. Elas são, por outras palavras, tipos-ideais. Mas, para fins heurísticos, é útil separá-las

⁽¹⁸⁾ Sanjay Subrahmanyam, «Hearing Voices: Vignettes of Early Modernity in South Asia, 1400–1750», *Daedalus* 127, no. 3 (1998), 75–104, citação: 99–100.

analiticamente. Vamos analisar brevemente algumas questões para compreendermos como os diferentes paradigmas podem levar a resultados muitos díspares (e, na verdade, a questões bem diferentes). De seguida, analisaremos o caso do nacionalismo para demonstrar com mais detalhe as vantagens analíticas da história global *vis-à-vis* as dos três outros paradigmas.

O caso dos direitos humanos, sobre o qual uma substancial historiografia despontou recentemente, servirá de primeiro exemplo. Uma perspectiva-padrão da história mundial sustentaria que os direitos do homem têm uma genealogia europeia que remonta ao humanismo, talvez até um pouco mais cedo, antes de coalescer num programa de alcance global durante a Revolução Francesa. Estes direitos, com pretensões universais, viajaram, então, para lá do seu lugar de origem e alcançaram, gradualmente, uma aceitação mundial.⁽¹⁹⁾ A leitura pós-colonial, por seu lado, destacaria o carácter paroquial e culturalmente específico da noção de direitos humanos, assim como o modo indiscriminado como o termo foi utilizado para marginalizar, e, de facto, eliminar, noções alternativas de direitos e de igualdade, que eram menos dependentes das concepções de nação e de indivíduo. A terceira abordagem, das múltiplas modernidades, enfatizaria os recursos políticos e culturais indígenas que contribuíram para o surgimento, em diferentes lugares, de múltiplas noções de direitos humanos amplamente independentes umas das outras. Com base nestas três abordagens, as recentes investidas numa história global dos direitos humanos focam-se, ao invés, no seu aparecimento enquanto discurso genuinamente global. Os historiadores têm explorado cuidadosamente a abrangência global do discurso dos direitos humanos, colocando menos ênfase na Revolução Francesa e mais na apropriação e universalização de uma linguagem de direitos no Haiti, poucos anos mais

⁽¹⁹⁾ Lynn Hunt, *Inventing Human Rights: A History*, New York (W. W. Norton) 2007.

tarde.⁽²⁰⁾ No século xx, a década de 1970 parece ter sido o momento decisivo em que o declínio do socialismo e do nacionalismo enquanto ideologias políticas preparou o caminho para a emergência de reivindicações humanitárias que aspiravam a alcançar o estatuto de «Última Utopia». Nesta leitura, as origens intelectuais dos direitos humanos são menos importantes do que as condições globais sincrônicas que, em lugares muito distintos, permitiram a sua aceitação universal assim como a sua fusão com diferentes genealogias locais.⁽²¹⁾

O direito internacional pode servir como caso análogo. Durante muito tempo, os historiadores consideravam a «Lei das Nações», tal como emergiu na esteira de Hugo Grócio, e o subsequente desenvolvimento do direito internacional, como uma racionalização das relações internacionais. Por oposição a esta crença na benevolente disseminação de uma conquista europeia, estudos críticos defenderam a existência de uma relação próxima entre a Lei das Nações e o imperialismo europeu, argumentando que esta aspiração universalista não era mais que um fino véu que ocultava as ambições coloniais.⁽²²⁾ Em terceiro lugar, ao procurarem identificar as origens independentes do direito internacional na ordem global contemporânea, alguns académicos começaram a explorar a história cultural e legal de várias sociedades para demonstrar que alguns elementos, hoje considerados senso comum, são, na verdade, contribuições de tradições

⁽²⁰⁾ Laurent Dubois, *Avengers of the New World: The Story of the Haitian Revolution*, Cambridge, MA (Harvard University Press) 2004.

⁽²¹⁾ Samuel Moyn, *The Last Utopia: Human Rights in History*, Cambridge, MA (Harvard University Press) 2010; Roland Burke, *Decolonization and the Evolution of International Human Rights*, Philadelphia, PA (University of Pennsylvania Press) 2010.

⁽²²⁾ Martti Koskenniemi, *The Gentle Civilizer of Nations: The Rise and Fall of International Law, 1870–1960*, Cambridge (Cambridge University Press) 2001; Anthony Anghie, *Imperialism, Sovereignty and the Making of International Law*, Cambridge (Cambridge University Press) 2005; Turan Kayaoglu, *Legal Imperialism: Sovereignty and Extraterritoriality in Japan, the Ottoman Empire, and China*, Cambridge (Cambridge University Press) 2010.

alternativas não-ocidentais. Uma abordagem global gostaria de abordar mais especificamente outras questões como o porquê de o direito internacional ter surgido naquela altura, quais as razões para ter sido apropriado por diferentes atores em todo o mundo e de que forma pode ser entendido como resposta a um desafio global. Por outras palavras, deslocaria o foco dos atores e dos titulares de patentes intelectuais para a prática real do direito internacional.⁽²³⁾

Esta diferenciação heurística entre as quatro abordagens é extensível a todos os campos de investigação histórica. Foi o conceito de raça uma invenção europeia, uma ferramenta imperialista, um conceito que surgiu das diversas raízes indígenas ou uma resposta aos desafios globais? Foi o Iluminismo um feito da cultura de salão europeia, uma imposição ocidental, um produto da racionalização de várias culturas indígenas ou, antes, uma forma pela qual as elites sociais de todo o mundo se reconciliaram com novas realidades globais?⁽²⁴⁾ Pensemos nas tentativas de historizar a história global do fascismo. Os historiadores mundiais procuraram definir o conceito, invocando um conjunto de variáveis necessárias: um líder carismático, mobilização das massas, uma ideologia ultranacionalista, e assim sucessivamente. Na verdade, todas estas variáveis derivam da experiência europeia. Outros casos, como o fascismo no Japão ou na Argentina, parecem estar aquém destes requisitos; de facto, nem sequer o Nacional-Socialismo alemão esteve à altura do modelo estabelecido pelo fascismo italiano, e vice-versa. Ao usarem a história global como lente corretiva destas análises ligeiramente míopes, os historiadores prestaram mais atenção às transferências e aos contactos diretos e, com isso, conseguiram revelar até que

⁽²³⁾ As quatro abordagens, em diferentes graus, estão presentes nos contributos de Bardo Fassbender, Anne Peters, Simone Peter e Daniel Högger (eds.): *The Oxford Handbook of the History of International Law*, Oxford (Oxford University Press) 2013.

⁽²⁴⁾ Sebastian Conrad, «Enlightenment in Global History: A Historiographical Critique», *American Historical Review* 117 (2012), 999–1027.

ponto a Alemanha e a Itália serviram de modelos de inspiração a outros casos em todo o mundo.

Finalmente, para lá da história das transferências e comparações, um enfoque mais sistemático na integração global começaria com a situação global partilhada no entre-guerras, e a procura, por parte de muitas sociedades, de uma «terceira via» entre o liberalismo clássico e o comunismo, procura essa que levou vários governos a experimentar novas formas de mobilização e de organização social. Deste ponto de vista, a ausência deste ou daquele elemento da lista de requisitos — por exemplo: existiu um partido de massas que desafiou a classe dominante ou apenas uma mobilização «vinda de cima»? — importa menos do que perceber o modo como casos distintos, com diferentes formas de lidar com as transformações estruturais e de desafiar a ordem internacional, acabavam por estar relacionados. ⁽²⁵⁾

Estudo de caso: nações e nacionalismo na história global

Nesta secção final, vamos examinar com mais profundidade a historiografia do nacionalismo, pois é aqui que podemos observar mais claramente como as novas perspectivas globais foram capazes de complementar e modificar formas antigas de situar a nação na história mundial. Em certa medida, a nação é um candidato improvável para tal empreitada. Não há muito tempo atrás, na década de 1990, quando a palavra «globalização» se tornou moda, alguns analistas apressaram-se a prever o fim do Estado-nação. No âmbito académico, as perspectivas eram igualmente sombrias. As histórias transnacionais e globais foram escritas com o explícito propósito de irem além do Estado-nação. Mas este momento de crise — ou talvez de euforia — durou pouco tempo, e deu lugar ao reconhecimento de que

⁽²⁵⁾ As primeiras abordagens provisórias a este problema podem ser consultadas na obra de Stein U. Larsen (ed.), *Fascism outside Europe: The European Impulse against Domestic Conditions in the Diffusion of Global Fascism*, Boulder, CO (Social Science Monographs) 2001.

os Estados-nação mantinham o seu poder e continuariam a ser relevantes, embora num contexto alterado. Tornou-se também claro que a história global não pretende consignar a nação/Estado-nação ao «caixote do lixo» da história, mas antes reavaliar o seu papel histórico e explicar, apropriadamente, a sua emergência e significado.

De que forma as abordagens mais recentes podem ser comparadas com as anteriores tentativas de situar a nação no mundo? Até certo ponto, não é exagerado dizer que a teoria do nacionalismo operou, desde o princípio, a uma escala global. Logo, as abordagens explicativas inspiradas pela inicial teoria da modernização — em particular a de Ernest Gellner — eram de âmbito universal. Postulavam a formação de nações como efeito da transição contínua de sociedades tradicionais para sociedades modernas. Embora os nacionalistas enfatizassem o carácter particular de uma determinada nação, Gellner descartou todas as pretensões de excecionalidade ao defender a existência de uma lei universal de desenvolvimento: o desenvolvimento industrial destruiu as hierarquias da sociedade agrária para garantir a mobilidade do fator trabalho e para obter, assim, um crescimento constante. A auto-legitimação nacionalista pode ter enfatizado aspetos como a história partilhada, a língua comum e idênticos padrões culturais, mas, para Gellner, o nacionalismo era «o estabelecimento de uma sociedade impessoal e anónima (...), que vem tomar o lugar de uma anterior estrutura complexa de grupos locais (...). É o que acontece *realmente*.»⁽²⁶⁾

Nesta perspetiva, todos os nacionalismos eram, apesar de variações superficiais, essencialmente iguais; fossem de onde

⁽²⁶⁾ Ernest Gellner, *Nations and Nationalism*, Oxford (Blackwell) 1983, 57 [*Nações e nacionalismo*, trad. Inês Vaz Pinto, Lisboa (Gradiva) 1993]. Para um enquadramento geral sobre a teoria do nacionalismo, veja-se Geoff Eley e Ronald Grigor Suny (eds.), *Becoming National: A Reader*, Oxford (Oxford University Press) 1996; Umut Özkirimth, *Contemporary Debates on Nationalism: A Critical Engagement*, Basingstoke (Palgrave Macmillan) 2005.

fossem, eram o produto da modernização socioeconómica e podiam ser inteiramente explicados a partir de fatores endógenos. Sendo esse o caso, não existiam obstáculos à comparação de experiências locais, independentemente do quão distintas e longínquas elas fossem umas das outras. Pelo contrário, abordagens mais recentes destacaram as conexões e as transferências. Concluíram que a prevalência mundial do nacionalismo no século XIX não pode ser apenas imputada a fatores internos, mas que deve também ser entendida como dependente de um processo de difusão.

Embora Benedict Anderson tenha recebido atenção como defensor de uma abordagem construtivista do nacionalismo, o seu principal contributo metodológico consiste na descrição que faz do carácter modular das nações. Com isso argumentava que, após uma fase inicial de criação, a forma da nação pôde ser transferida, em princípio, para outros âmbitos, como uma espécie de modelo-padrão. Esta forma desenvolveu-se, primeiro, nas sociedades crioulas das Américas e, posteriormente, em meados do século XIX, na Europa. Ora, os conceitos e os modelos do nacionalismo foram ali gerados e tornaram-se, depois, disponíveis à escala global como uma espécie de caixa de ferramentas. A partir de então, todos os nacionalismos emergentes foram moldados e influenciados por este mesmo paradigma.⁽²⁷⁾

A abordagem de Anderson marca um avanço fundamental, quando comparada às anteriores abordagens inspiradas na teoria da modernização, uma vez que, a partir daquele momento, a disseminação global do nacionalismo deixava de ser concebida como algo semelhante a um resultado mecânico das leis do desenvolvimento social. No entanto, os mecanismos concretos que possibilitavam a difusão da forma nacional foram objeto de pouca atenção. O interesse de Anderson circunscrevia-se ao desenvolvimento do nacionalismo na

(27) Benedict Anderson, *Imagined Communities: Reflections on the Origins and Spread of Nationalism*. Revised edition, London (Verso) 1991, 81. [*Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo*; trad. Catarina Mira; Lisboa (Edições 70) 2005.

Europa e às complexas condições que o tornaram possível. No que dizia respeito ao resto do mundo, a sua análise centrava-se apenas nos modos como a nação foi utilizada e modificada. Resumidamente, o autor tomou a sua transferibilidade por garantida.⁽²⁸⁾ Impõe-se, aqui, uma questão: como é que podemos compreender a dinâmica das transferências se limitamos a nossa atenção à origem, à difusão e à natureza dessa forma, mas ignoramos as condições de possibilidade que tornaram essa transferência atrativa para os seus recetores? O estudo de Anderson foi alvo de críticas por parte dos historiadores pós-coloniais que atribuíam especial relevância às condições imperiais específicas sob as quais os movimentos nacionalistas se desenvolveram no mundo colonizado. Na sua muito citada obra, *Nationalist Thought and the Colonial World*, Partha Chatterjee defende que, no mundo colonial, o nacionalismo deve continuar a ser entendido como um fenómeno derivado da Europa, como um «discurso derivado». Embora fosse verdade que os movimentos nacionalistas se opunham ao domínio estrangeiro, a um nível ontológico — afirmou Chatterjee — eles continuavam imersos nos parâmetros do discurso dominante, isto é, imperial.⁽²⁹⁾

Além do exposto, o livro contém um segundo argumento. Fundamentalmente, defende Chatterjee, o nacionalismo anticolonial é alimentado pela oposição ao Ocidente, oposição essa que assume, muitas vezes, a forma de um confronto enfático entre a espiritualidade nacional não-ocidental e o materialismo ocidental. Na verdade, a dicotomia entre um oriente espiritual e um ocidente materialista foi um ingrediente padrão do discurso político asiático de finais do século XIX. O argumento de Chatterjee foi posteriormente

⁽²⁸⁾ Para uma perspetiva crítica do conceito de Anderson, veja-se Manu Goswami, «Rethinking the Modular Nation Form: Toward a Sociohistorical Conception of Nationalism», *Comparative Studies in Society and History* 44 (2002), 776–783.

⁽²⁹⁾ Partha Chatterjee, *Nationalist Thought and the Colonial World: A Derivative Discourse*, Minneapolis, MN (University of Minnesota Press) 1993.

desenvolvido em *A Nação e os seus Fragmentos*, obra que, em certa medida, consiste numa revisão do seu primeiro livro. Nela, o autor divide o «nacionalismo» em duas esferas: uma externa, material, e outra interna e espiritual. No nível espiritual, «o seu verdadeiro e essencial domínio», Chatterjee entende que a nação é soberana antes mesmo de alcançar a soberania política. Este domínio interno equivaleria então ao reino da verdadeira expressão cultural da nação. Por outras palavras, mesmo que a «forma nacional» (Étienne Balibar) seja transferível e que o discurso nacional permaneça derivado ao nível formal, a substância do nacionalismo é geográfica e culturalmente específica e não pode ser derivada do modelo imperial europeu.⁽³⁰⁾

Em que medida, podemos agora perguntar, é essa particularidade do conteúdo do nacionalismo produto de constelações globais? Trata-se de uma pergunta pertinente, uma vez que a abordagem de Chatterjee permanece em dívida para com o modelo endógeno: enquanto reconhece a transferência da nação como uma forma dentro do contexto do poder imperial, a natureza específica da substância do nacionalismo colonial é explicada com referência aos recursos culturais locais e, em particular, às tradições pré-coloniais mais antigas. Chatterjee foi acusado de idealizar e reificar os recursos culturais pré-coloniais.⁽³¹⁾ Da perspectiva da história global, no entanto, devem ser formuladas duas outras críticas, que são ainda mais importantes. Em primeiro lugar, esta análise continua focada na relação binária entre a nação colonizada e os colonizadores. Trata-se de uma limitação que a sua análise partilha com o impulso geral do paradigma pós-colonial. As dinâmicas do

⁽³⁰⁾ Partha Chatterjee, *The Nation and Its Fragments: Colonial and Post-Colonial Histories*, Princeton (Princeton University Press) 1993, 6. Veja-se também Étienne Balibar, «The Nation Form: History and Ideology», in: Balibar e Immanuel Wallerstein, *Race, Nation, Class: Ambiguous Identities*, London (Verso) 1991, 86–106.

⁽³¹⁾ Sumit Sarkar, «The Decline of the Subaltern in Subaltern Studies», in: *Writing Social History*, New Delhi (Oxford University Press) 1997, 82–108.

nacionalismo indiano, chinês ou tailandês fizeram parte de uma constelação global. O paradigma de uma «reação» local a estímulos provenientes da Europa ou dos Estados Unidos, por mais importante que seja, acaba por restringir o escopo da análise. Da mesma forma que privilegiar as referências às tradições culturais autóctones não permite contar a história toda. Ao agarrar-se a uma narrativa pós-colonial, Chatterjee arrisca-se a desconsiderar o contexto global mais amplo e a negligenciar o modo como os atores históricos de várias regiões, a partir do século XIX e com progressiva frequência, fizeram referência a uma totalidade global. O nacionalismo e o pensamento acantonado em categorias nacionais desenvolveram-se dentro de um contexto de integração global.

A segunda crítica resulta do facto de o autor excluir como fator importante o grau em que a substância do nacionalismo não depende apenas das anteriores tradições endógenas, mas muito mais como um produto das constelações globais. Ao invés de fazer uma distinção analítica entre «forma da nação» (universal, transferível) e a manifestação culturalmente específica do seu conteúdo, o seu objetivo deveria incidir sobre a reconstrução de ambos os níveis, cada um no seu contexto global. Não obstante, a ampla realidade geopolítica foi sempre um fator crucial para determinar, entre as inúmeras tradições locais, quais as que acabariam por ser mobilizadas em proveito dos projetos nacionais.⁽³²⁾

É necessário, portanto, uma incrustação mais profunda dos modos pelos quais a nação foi definida, entendida e posta em prática em contextos globais — partindo, e indo para lá das perceções dos estudos comparados, das histórias da difusão e das abordagens pós-coloniais. Uma série de recentes incursões no campo da história global do nacionalismo demonstrou quão profícua esta análise pode ser. Vejamos dois estudos ilustrativos desta tendência.

(32) Esta linha crítica é inspirada em Christopher L. Hill, *National History and the World of Nations: Capital, State, and the Rhetoric of History in Japan, France, and the United States*, Durham, NC (Duke University Press) 2008.

A obra de Andrew Sartori, *Bengal in Global Concept History*, servirá de primeiro exemplo. Sartori demonstra como, a partir da década de 1880, os intelectuais de Bengala se debatiam com uma noção de cultura que tinha muitas semelhanças com o conceito de *Kultur*, de Herder, e com propostas coevas provenientes da Rússia e do Japão. A problemática geral consiste em explicar a relação entre o todo e as partes. Por outras palavras, como explicar as semelhanças entre estas versões distintas do discurso sobre cultura, sem perder de vista a especificidade dos debates bengalis? Recuperemos os tipos-ideais expostos anteriormente: foi o *culturalismo* de Bengala o resultado da transferência das ideias do Ocidente e da sua posterior apropriação local? Ou foi o produto de relações desiguais de poder e, por isso mesmo, uma forma de colonização das mentes? Devemos, antes, enfatizar os recursos culturais indígenas e as genealogias tradicionais de um entendimento específico (local) bengali de cultura?

Na sua análise histórica global, Sartori ultrapassa todas estas interpretações. Embora o seu trabalho seja claramente influenciado pelas leituras pós-coloniais, o autor acaba por considerar que aquelas abordagens estão reféns da premissa da incomensurabilidade cultural, afastando-se da leitura do conceito de cultura enquanto derivação ocidental ou como forma de imperialismo cultural. Para Sartori, as semelhanças não são um mero efeito da difusão e das disparidades do poder; pelo contrário, vê Bengala como um lugar, entre muitos outros, no qual a noção de «cultura» foi empregue como resposta a desafios globais. «A história do conceito de cultura em Bengala», insiste Sartori, «não pode ser tratado nem como um desvio local, nem como uma reiteração tardia de uma forma intelectual essencialmente ocidental, mas deve antes ser investigada como um momento espacial e temporalmente específico na história global do conceito de cultura.»⁽³³⁾

A viragem para a cultura pode ser lida como um ato de rejeição da anterior versão do liberalismo, caracterizada pelo

⁽³³⁾ Sartori, *Bengal in Global Concept History*, 5.

individualismo racional e pelo egoísmo económico. Contra este evangelho liberal, a noção de cultura foi adotada por grupos sociais que formularam uma crítica nacionalista ao domínio britânico e à hegemonia económica. Na leitura de Sartori, as estruturas globais às quais estes eminentes intelectuais respondiam eram principalmente económicas. Na esteira da crise financeira de 1840, o comércio e a indústria foram crescentemente monopolizados pelos mercadores britânicos, enquanto o capital nativo era investido apenas em propriedades e bens imóveis. A sociedade de Bengala afastava-se, assim, da dinâmica do comércio. Perante isto, a noção de cultura passou a integrar um discurso quase romântico, com o qual as elites hindus procuravam afirmar os seus vínculos orgânicos à terra e à mão de obra agrária. De uma forma geral e bastante mais abstrata, Sartori correlaciona o debate «liberalismo *versus* cultura» com a expansão do capitalismo. Defende que o *culturalismo* emergiu em todo o mundo como reação a formas particulares de alienação e de subjetividade que as relações laborais e as formas de produção capitalistas geraram em determinadas áreas. É claro que a noção específica de cultura se encontrava imersa na particularidade local, mas as alegadas tradições não só foram completamente reformuladas pelo capitalismo, como também foram pressionadas para se acomodarem às práticas sociais do regime capitalista. Assim sendo, o *culturalismo* não pode ser plenamente explicado como efeito de uma transferência intelectual; deve sim ser compreendido como uma série de respostas únicas a uma mesma problemática global.

O segundo exemplo é a obra *Staging the World*, de Rebecca Karl, um estudo sobre o nacionalismo no período final da China Qing. Também para Karl, a ideia da China enquanto nação só poderia tomar forma num momento histórico específico, o momento exato em que a China descobriu, por si mesma, o novo «mundo». Este momento não se pautou apenas pela perceção das regiões que estavam fora da sua zona de influência, para lá da sino-esfera, mas passou principalmente pela consciencialização da existência do mundo como um todo estruturado, cada vez mais composto por Estados(-nação)

soberanos e por países coloniais dependentes. Esta nova percepção do «mundo» como uma totalidade de unidades conectadas por intermédio de forças de alcance global, como o imperialismo e o capitalismo, substituiu a milenar dicotomia mental entre o Reino do Meio e barbárie.

O que é que isto significa em termos concretos? Rebecca Karl estava particularmente interessada em compreender a forma como determinados acontecimentos que, de uma perspectiva chinesa, pareciam marginais — como a anexação do Havai pelos Estados Unidos, as partições da Polónia no século XVIII, a conquista americana das Filipinas, o domínio britânico no Egito, entre outros — se tornaram, por volta de 1990, objeto de um intenso debate no país. No interior da cosmologia tradicional da corte Qing, estes locais eram de facto periféricos, ou seja, situavam-se à margem (e tantas vezes fora do alcance) da «Civilização Chinesa». No virar do século, no entanto, os reformadores chineses começaram a perceber que as ameaças políticas e económicas que o país enfrentava não eram muito diferentes das situações que, a determinada altura, afligiam estas nações mais pequenas. Embora, em termos culturais, o Havai fosse muito diferente da China, a moderna lógica da geopolítica colocou-o numa situação muito semelhante à do Império Qing. O processo de colonização já não era uma preocupação exclusiva dos povos remotos e exóticos, mas ameaçava agora também a própria China. Como resultado das eficazes estruturas globais, as parecências já não eram determinadas por fatores culturais, mas sim geopoliticamente: eram agora o resultado da ameaça colonial e da posição periférica da China na economia mundial capitalista.⁽³⁴⁾

O argumento central da obra de Karl pode ser colocado da seguinte forma: a percepção da China enquanto uma nação entre outras e como parte da «Ásia» — aqui entendida muito mais como unidade que partilha uma condição marginal dentro da ordem imperial hegemónica, e menos em termos

(34) Rebecca E. Karl, *Staging the World: Chinese Nationalism at the Turn of the Twentieth Century*, Durham, NC (Duke University Press) 2002.

de semelhanças culturais e étnicas — só foi possível dentro do contexto da integração global. «A China apenas se tornou especificamente nacional (e não um império) e regionalmente asiática ao mesmo tempo que, e apenas quando, se mundializou.»⁽³⁵⁾ A fundação da nação foi simultaneamente uma projeção diacrónica e uma resposta à incorporação da China no mundo. Como sugere o título do livro, o aparecimento da dinâmica nacionalista não resultou de uma fase diacrónica de desenvolvimento, mas antes de uma sincrónica «encenação do mundo»: uma atuação num palco global.

Tanto a obra de Sartori como a de Karl foram escritas por académicos cujas contribuições para a história global estão, em grande medida, centradas nas suas áreas de especialidade: a Índia e a China modernas. Enquanto outros historiadores globais analisam as redes de nacionalistas, comparam movimentos nacionalistas em diferentes locais ou procuram estabelecer uma síntese planetária, os estudos aqui citados concentram-se num local particular, que depois analisam através dos seus entrelaçamentos globais.

Mais importante: ambos os livros são exemplos de um movimento histórico mais amplo que procura perceber as estruturas globais, não apenas pela necessidade do contexto, mas também como condição prévia necessária para a emergência de formas particulares de nacionalismo.⁽³⁶⁾ Ambos os autores focam-se, predominantemente, na economia política, postulando uma noção altamente abstrata de capitalismo e apontando-o como força motriz da história. Fazer equivaler uma totalidade global ao capitalismo pode parecer demasiado rígido e, de facto, ambos foram criticados por se basearem

⁽³⁵⁾ Rebecca E. Karl, «Creating Asia: China in the World at the Beginning of the Twentieth Century», *American Historical Review* 103 (1998), 1096–1118, citação: 1099.

⁽³⁶⁾ Para outros exemplos, veja-se Manu Goswami, *Producing India: From Colonial Economy to National Space*, Chicago (University of Chicago Press) 2004; Sebastian Conrad, *Globalisation and Nation in Imperial Germany*, Cambridge (Cambridge University Press) 2010; Hill, *National History and the World of Nations*.

dogmaticamente em noções excessivamente abstratas da expansão capitalista. Ainda assim, as possíveis limitações destas obras não diminuem o seu valor enquanto exemplos do quão integral pode ser uma compreensão matizada do global. Como vimos, a conceção e a explicação da integração global podem ter várias formas. Sartori e Karl são aqui relevantes, uma vez que analisam o global não como contexto externo ou adicional, mas sim como contexto constitutivo, modelador dos objetos de estudo, ao mesmo tempo que é moldado por eles.

No seu conjunto, a lista de preferências metodológicas esboçadas neste capítulo, assim como a ênfase no conceito de integração, constituem uma rejeição das explicações que menosprezam, ou que desconsideram perentoriamente, as influências e os fatores externos. Este é o cerne metodológico da história global entendida enquanto abordagem distinta. As convencionais teorias sociais operam geralmente dentro do que poderíamos classificar de paradigma *internalista*. Nas anteriores grandes narrativas da modernização, os fenómenos históricos eram explicados endogenamente, a partir de dentro, e eram tipicamente analisados no interior das fronteiras da sociedade. Este enfoque nas mudanças internas tem sido o símbolo de praticamente todas as teorias sociais até hoje. Inspiradas pelo marxismo, por Max Weber, por Talcott Parsons ou pelo trabalho de Michel Foucault, as teorias sociais tratam essencialmente as sociedades como entidades que se geram a si próprias e assumem que as mudanças sociais são sempre obra da própria sociedade.

Por contraste, a história global coloca-se fora deste enquadramento *internalista* ou genealógico. Presta particular atenção às interações e aos entrelaçamentos ao longo das fronteiras e admite o impacto das estruturas que ultrapassam os limites fronteiriços das sociedades individuais. Com isso, a história global reconhece a relevância causal de fatores que não se encontram ao alcance de indivíduos, nações e civilizações. Em última análise, ela promete superar, por inteiro, a dicotomia entre o interno e o externo.